



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº _____, DE 2016
(Do Sr. Rômulo Gouveia)

**Torna obrigatório o
registro de identificação do
comprador de produtos
derivados de tabaco ou fumo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei torna obrigatório o registro de identificação do comprador de fumo, cigarros, cigarrilhas, charutos e similares.

Art. 2º O art. 81 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente – passa a vigorar com o acréscimo do seguinte parágrafo único:

“Art. 81.....

Parágrafo único. O vendedor de produtos fumígenos e derivados de tabaco registrará documento de identificação do comprador, para comprovação de idade. ” (NR)

Art. 3º O art. 3º-A da Lei 9.294, de 15 de julho de 1996 – passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

“Art. 3º-A.

§ 3º. Em atendimento ao disposto no inciso IX deste artigo 3º-A, o vendedor de produtos fumígenos e derivados de tabaco registrará documento de identificação do comprador, para comprovação de idade. ” (NR)

Art. 4º Esta lei entra em vigor entra em vigor na data de sua publicação oficial.



JUSTIFICAÇÃO

A elaboração deste Projeto de Lei, que torna obrigatória a identificação do comprador de produtos fumígenos e derivados de tabaco, tem por finalidade precípua a comprovação de maioridade.

Temos tido notícias de que em todo o País é crescente o número de adolescentes usuários de cigarros e narguilés. O quadro é preocupante e merecedor de hercúleos esforços para não permitir que a nossa juventude seja vítima desse nefasto vício.

A Convenção – Quadro para o Controle do Tabaco, da Organização Mundial da Saúde – OMS, determina, em seu artigo 16, que os países devem adotar medidas para proibir a venda de produtos de tabaco aos menores de idade.

Entre tais medidas está a necessidade da exigência de comprovação da maioridade no ato da compra de tais produtos.

Mesmo com a sanção e publicação do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA – e da Lei 9.294/96, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígenos –, o consumo entre crianças e adolescentes tem aumentado significativamente.

Trata-se de um desafio importante a ser enfrentado, pois o tabaco é a segunda droga mais consumida entre jovens, no mundo e no Brasil, e isso se deve às facilidades e estímulos para a obtenção do produto: o baixo custo, a facilidade na compra (por menores), a curiosidade pelo produto estimulada pela imitação do comportamento do adulto, a falta de informações e as ações de marketing para venda de produtos derivados do tabaco.

É na adolescência, que compreende a faixa etária entre dez e dezenove anos, que ocorre a maior



CÂMARA DOS DEPUTADOS

exposição aos comportamentos de risco, dentre eles o consumo de tabaco.

O tabagismo é grave problema de saúde pública, que afeta não só os fumantes, como também aos não fumantes.

O uso de cigarros traz malefícios terríveis à saúde, que vão desde problemas respiratórios a doenças crônicas degenerativas, como câncer e doenças cardiovasculares.

Estudos demonstram que entre 40 a 50% dos estudantes compram cigarros em lojas, bares ou camelôs e que entre 76 a 97% deles não foram impedidos de comprar cigarros nesses locais mesmo aparentando pouca idade. Pesquisas também comprovam que 90% dos fumantes começam a fumar antes dos 19 anos.

É necessário, então, colocar um freio nesse desatino, nesse vício que tanto mal faz à sociedade, como à economia do País: recursos incomensuráveis são gastos pelo sistema de saúde com o tratamento de doentes fumantes, que muita vez perecem nos hospitais, em virtude de cânceres diversos.

Pelo exposto, conto com o apoio dos ilustres pares a essa proposta de lei.

Sala das Sessões, em de de 2016

Deputado **RÔMULO GOUVEIA**
PSD/PB